COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

PROJETO DE LEI Nº 5443, DE 2023

(Apensado: PL nº 1858, de 2024)

Altera o Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, que dispõe sobre o imposto de importação, reorganiza os serviços aduaneiros e dá outras providências, para dispor sobre a base de cálculo do imposto de importação.

Autor: Deputado KIM KATAGUIRI **Relator:** Deputado VITOR LIPPI

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 5443/23, de autoria do nobre Deputado Kim Kataguiri, propõe que a base de cálculo do imposto de importação incida somente sobre a mercadoria, excetuando o valor do frete.

Para tal, busca incluir o parágrafo único ao artigo 2º do Decreto-Lei nº 37, de 1966, definindo a exclusão do valor do frete para a base de cálculo do imposto de importação.

Na justificação o autor argumenta que o "o que se importa é a mercadoria e não o frete" não sendo, portanto, "razoável que o frete seja considerado para fins de base de cálculo". Destaca também que o tema é debatido no âmbito judicial, o que impõe ao Parlamento a pacificação do tema pela Lei.

Foi apensado à proposta original o Projeto de Lei 1858/2024, de autoria do deputado Messias Donato, no qual também se propõe a alteração sobre a base de cálculo do imposto de importação com a alteração do inciso II do art. 2º do Decreto-Lei nº 37 de 1966, definindo que a alíquota "ad valorem" deverá ter como parâmetro o valor dos bens apurados e não mais do valor aduaneiro. Sendo assim, o valor dos bens apurados considera somente o valor de mercado do bem, não incluindo outras despesas como frete e seguro.

O Projeto de Lei nº 5443, de 2023 foi distribuído em 14/11/2023, às Comissões de Desenvolvimento; Finanças e Tributação; e Constituição e Justiça e de Cidadania, sujeito à apreciação conclusiva pelas Comissões em regime de tramitação ordinário. Encaminhada a proposição ao nosso Colegiado recebemos a honrosa missão de relatar a proposição. Não foram apresentadas emendas durante o prazo regimental.





Cabe-nos agora, nesta Comissão de Desenvolvimento Econômico, apreciar a matéria quanto ao mérito, nos aspectos atinentes às atribuições do Colegiado, nos termos do art. 32, VI, do Regimento Interno desta Casa.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A regulamentação de um imposto deve levar em consideração questões fiscais, extrafiscais e tributárias de arrecadação, o que implica numa dinâmica complexa que envolve aspectos políticos, regulatórios, econômicos e setoriais. Isto porque, a definição de um imposto e de seu fato gerador e base de cálculo acarretam o estímulo e desestímulo de certas condutas, o consumo de bens e serviços e, por conseguinte, o desenvolvimento ou retração de setores produtivos.

Todo imposto também exerce função regulatória sobre a estrutura produtiva e comercial de um país, influenciando diretamente o desenvolvimento da indústria nacional frente à concorrência internacional. Assim, a definição da forma de cálculo do imposto de importação tem papel essencial na regulação da balança comercial, no controle da entrada de mercadorias estrangeiras e na promoção da competitividade das empresas brasileiras, contribuindo para o fortalecimento e a expansão do mercado interno.

Desta forma, os elementos de valoração do imposto, definidos a partir de sua base de cálculo e alíquota, devem levar em consideração os potenciais impactos diante do valor cobrado.

O imposto de importação é um tributo federal cujo momento de cobrança, o fato gerador, é definido pela entrada de produto estrangeiro no território nacional. Tais mercadorias importadas podem ser destinadas para o consumo próprio, revenda ou sua utilização em processos produtivos. O seu valor de referência, considerado a base de cálculo, é o valor aduaneiro da mercadoria, definido atualmente pela alíquota *ad valorem*, composta pelo custo do frete, do seguro e o valor real da mercadoria.

Inicialmente, o valor aduaneiro do imposto de importação no Brasil seguia os parâmetros definidos internacionalmente pelo Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio – GATT. Este acordo nasceu no pós 2ª Guerra Mundial com o objetivo de uniformizar e harmonizar regras em comum de comércio internacional, estimulando as trocas de países em recuperação econômica que buscavam medidas de protecionismo, mas também de promoção comercial e de desenvolvimento e crescimento interno.





Ao longo das décadas, o GATT passou por sucessivos aprimoramentos, incorporando regras mais modernas para acompanhar as novas dinâmicas do comércio internacional. Esse processo resultou em novas rodadas de negociação e na criação do Acordo de Valoração Aduaneira (AVA), que, assim como o GATT, também foi posteriormente atualizado.

Desses avanços surgiu o Acordo Antidumping, instituído pela Organização Mundial do Comércio (OMC), com o objetivo de estabelecer parâmetros objetivos e harmonizados entre os países signatários. No âmbito nacional, o Brasil aplica os métodos de valoração aduaneira previstos nesses acordos, a fim de mitigar o risco de adoção de normas fiscais arbitrárias e garantir segurança jurídica às empresas brasileiras no comércio internacional.

A Receita Federal, em consonância com as diretrizes da Organização Mundial do Comércio (OMC), instituiu o Comitê de Valoração Aduaneira, com o objetivo de consolidar e simplificar as regras aplicáveis à valoração de mercadorias importadas. O valor aduaneiro constitui a base de cálculo do Imposto de Importação, quando sua alíquota for *ad valorem*, e é apurado conforme as disposições do GATT, do Acordo de Valoração Aduaneira (AVA) e do Acordo Antidumping.

Nessa sistemática, o valor *ad valorem* compreende o preço da mercadoria, o frete e o seguro, refletindo o custo real da operação comercial. Esses elementos representam despesas essenciais à realização do comércio internacional, garantindo que, em caso de sinistro, o importador não seja prejudicado e que a entrega ocorra dentro dos padrões de qualidade e prazo.

A exclusão dos custos de frete e seguro, como sugerem algumas propostas legislativas, distorce a valoração real das mercadorias, reduz artificialmente o valor de importação e aumenta a concorrência desleal com a produção nacional. Além disso, qualquer alteração na base de cálculo do imposto deve observar os acordos internacionais firmados pelo Brasil, sob pena de comprometer a segurança jurídica e a credibilidade do país no comércio exterior.

Ressalta-se que a estrutura atual de valoração aduaneira, ao incluir os custos de frete e seguro na base de cálculo do imposto de importação, reflete com maior precisão o valor econômico das operações internacionais e está alinhada às normas multilaterais que regem o comércio exterior. Qualquer alteração nesse modelo exige cautela técnica e diálogo com os órgãos competentes e com a comunidade internacional, de modo a preservar a segurança jurídica, a competitividade da indústria nacional e o cumprimento dos compromissos assumidos pelo Brasil no âmbito da OMC.

Por todo o exposto, somos pela **rejeição do Projeto de Lei nº** 5443, de 2023, e de seu apensado, o Projeto de Lei nº 1858, de 2024.

Sala da Comissão, em

de

de 2025.



Deputado VITOR LIPPI Relator



